



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681105 - MG (2021/0224733-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MARCELO SENO MARQUES
ADVOGADO : MARCELO SENO MARQUES - MG056037
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WELLINGTON MARCO GALINO (PRESO)
CORRÉU : FABIO JUNIO DE LIMA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WELLINGTON MARCO GALINO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* n. 1.0000.21.001221-7/000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, pela prática em tese do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, para a garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal.

O impetrante sustenta a ilegalidade da prisão preventiva, ao argumento de que não estão presentes os pressupostos do art. 312 do Código de Processo Penal e de que o paciente possui condições pessoais favoráveis.

Requer, liminarmente, a liberdade provisória do paciente, ainda que mediante aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

O presente *writ* não merece prosperar. Inexiste nos autos documento que demonstre a real situação do ora paciente, não tendo sido juntado pelo impetrante nem ao menos cópia do acórdão impetrado. Não é possível saber sequer se o Superior Tribunal de Justiça é competente para apreciar o pedido (art. 105 da Constituição Federal), pois não há notícia de que o Tribunal de origem tenha examinado as questões ora alegadas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente